

Por uma política coesa na translação de conhecimento científico

A investigação científica e a produção de conhecimento são essenciais à competitividade e sustentabilidade de qualquer economia, ou modelo económico. Assim, a forma como se encontra organizado o sistema de inovação é determinante para a promoção da competitividade.

Ainda que as Instituições de Ensino Superior (IES) já não detenham uma posição hegemónica e de monopólio no que concerne à produção de conhecimento e inovação, situação que tem vindo a acentuar-se com o aparecimento de outros atores no sistema de inovação, o setor do Ensino Superior ainda é aquele que mais contribuiu para a produção de investigação científica em Portugal.

No entanto, o investimento público no setor e os incentivos criados para fomentar a investigação, no setor privado ou em parceria entre empresas e IES, apesar da tendência positiva registada ao longo dos últimos anos, ainda se têm revelado insuficientes. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), Portugal investiu 1,58% do PIB em Inovação & Desenvolvimento (I&D) em 2021, quando se encontrava definida uma meta de 3% até 2020.

Enquanto Portugal apresenta sérias dificuldades em cumprir com uma meta que já foi definida em 3% por duas vezes, primeiro para a década 2000-2010, depois para 2010-2020, a Comissão Europeia aponta para o valor de 5%, em números do PIB, entre investimento público e privado, até 2030.

O objetivo estabelecido a nível europeu será, naturalmente, acompanhado do acesso a fundos comunitários, com a condição dos Estados e das Instituições conjugarem investimento público competitivo com financiamento privado, potenciando assim a competitividade da economia.

Segundo um estudo europeu, da autoria da Direcção-Geral da Investigação e da Inovação, cada euro mobilizado de programas europeus, destinado a investigação, desenvolvimento e inovação, apresenta um retorno médio de 13,5€. Com base neste estudo, um investimento adicional de 0,2% do PIB nesta área representaria um crescimento de cerca de 1,1% do PIB nacional no médio prazo¹.

Para que este objetivo seja atingido, porém, são necessários reforços significativos ao nível do investimento e, nesse âmbito, políticas que promovam a ligação entre o Ensino Superior, o sistema Científico e Tecnológico e o tecido empresarial português.

Por outro lado, o desinteresse pela carreira científica evidencia-se também pela falta de equipamentos para a prossecução da investigação. Face a esta problemática, surgem efeitos prejudiciais na investigação como é o exemplo claro de um maior período de espera para a obtenção de resultados e um condicionamento do trabalho futuro.

Assim, considerando as verbas destinadas à recuperação da economia no período pós-pandemia como uma oportunidade para o desenvolvimento do sistema nacional de inovação, alicerçado no contributo das IES, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, decorrido em Guimarães nos dias 5 e 6 de março de 2022, apresentam as seguintes propostas:

1. Estabelecer calendários de financiamento plurianual para projetos alocados a linhas de investigação estratégicas e assegurar o cumprimento dos prazos de avaliação e decisão, de modo a conferir maior estabilidade às instituições e aos investigadores.
2. Criar concursos para a obtenção, renovação ou substituição de equipamentos destinados à investigação científica.

¹DG RTD (2017), *The economic rationale for public R&I funding and its impact*. Brussels, European Commission.

3. Reforçar o financiamento disponível para a atribuição de Bolsas de Doutoramento, sobretudo, Bolsas de Doutoramento em Empresas, como forma de promover a integração de doutorados no mercado de trabalho e fomentar a participação das empresas no sistema científico e de inovação.
4. Rever as estratégias nacionais para a I&D de forma a promover uma articulação com a estratégia europeia para a década e orientar os programas de apoio e linhas de financiamento destinados a I&D para um conjunto de grandes desafios, como o combate e adaptação às alterações climáticas, a eficiência energética, a transição digital, a inteligência artificial e a robótica, ou a saúde pública.
5. Aproximar o tecido empresarial às IES, através da definição de um quadro fiscal que reforce a participação das empresas e da indústria no sistema de I&D e estimule o investimento em inovação, e através da celebração de parcerias com IES e centros de investigação, com a criação de novos postos de trabalho, qualificado, para que seja promovida a fixação de capital intelectual em Portugal.
6. Garantir um equilíbrio entre o investimento em investigação básica e os apoios concedidos a investigação aplicada e a objetivos de ordem industrial, uma vez que a investigação básica poderá não produzir resultados a curto prazo, mas a médio e longo prazo representará um importante polo de retenção e atração de capital humano e empresas, além de promover a expansão do conhecimento disponível.

Proponente: AAUBI e FAP

Destinatários: MCTES, Partidos políticos com representação parlamentar, FCT, CRUP, CCISP, APESP